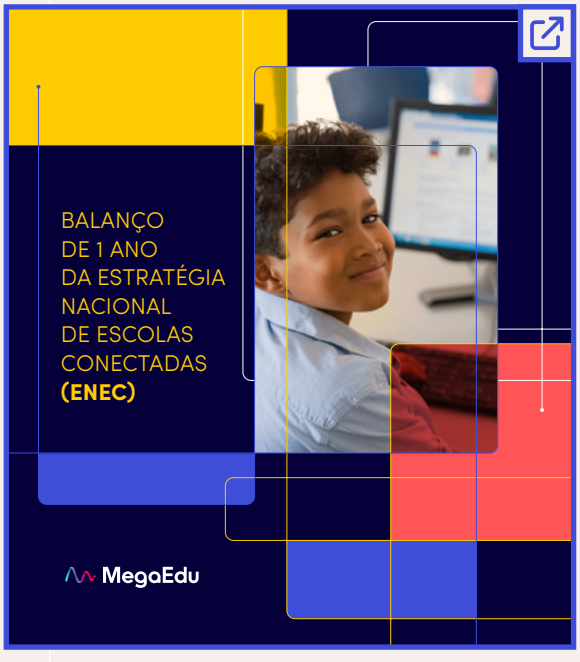


BALANÇO DE 3 ANOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE ESCOLAS CONECTADAS (ENEC)

MegaEdu


BALANÇO
DE 1 ANO
DA ESTRATÉGIA
NACIONAL
DE ESCOLAS
CONECTADAS
(ENEC)
MegaEdu


BALANÇO
DE 2 ANOS
DA ESTRATÉGIA
NACIONAL
DE ESCOLAS
CONECTADAS
(ENEC)
MegaEdu

SUMÁRIO

- SOBRE A MEGAEDU 3
- SOBRE O DOCUMENTO 4
- 1 Sobre a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) 5
- 2 O que aconteceu em 3 anos 9
  - Linha do Tempo : agosto de 2023 - setembro de 2026 10
  - Balanço de execução das políticas de Conectividade 13
- 3 Monitoramento dos indicadores de conectividade 20
  - Recortes específicos da conectividade escolar 23
- 4 Próximos desafios 26



MegaEdu

SOBRE A MEGAEDU

A MegaEdu é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja missão é garantir que todas as escolas públicas do Brasil tenham acesso à internet de qualidade. Entendemos a conectividade como um direito e como uma condição estrutural para que a escola pública ofereça uma educação à altura do seu tempo.

Ao longo destes três anos, seguimos produzindo dados e conhecimento e oferecendo apoio técnico gratuito a gestores das três esferas de governo, sempre orientados pela convicção de que a universalização da conectividade é viável quando existe coordenação, evidência e diálogo permanente com quem executa as políticas na ponta.

A organização disponibiliza seus serviços de forma gratuita e, para isso, conta com o apoio de instituições que reconhecem o impacto da conectividade na educação, entre elas, a Fundação Lemann, a VelezReyes+, o Instituto Apis, o Instituto Ultra, a Internet Society Foundation, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), FCDO, Gerdau.

SOBRE O DOCUMENTO

Este documento apresenta o balanço do terceiro ano da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec), iniciativa do Governo Federal instituída em setembro de 2023 com o objetivo de articular políticas públicas de conectividade voltadas às escolas públicas da educação básica brasileira.

O balanço consolida os principais resultados obtidos no período, além de sistematizar os avanços registrados na execução das políticas que compõem a Estratégia. Complementarmente, o documento apresenta os desafios que permanecem em aberto rumo ao horizonte de universalização, com atenção específica ao tema da sustentabilidade da conectividade.

1

Sobre a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC)

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (**Enec**) é uma iniciativa do Governo Federal instituída pelo Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023, que reúne e alinha, sob parâmetros técnicos comuns, as políticas públicas de conectividade voltadas às escolas da educação básica. Seu objetivo é assegurar que todas essas escolas tenham acesso à internet de qualidade, em condições adequadas para o uso pedagógico.

A Enec traz uma perspectiva sistêmica da educação digital e midiática. Nesse contexto, a conectividade se configura como uma via de inclusão e cidadania digital para todos os estudantes da rede pública, tratando o acesso à tecnologia como parte do direito à educação. Assim, a Estratégia conta com um arranjo amplo que articula ações do Ministério da Educação (MEC), Ministério das Comunicações (MCom), Casa Civil, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério de Minas e Energia (MME), Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras). Esse conjunto de órgãos federais atua em cooperação permanente com estados e municípios, sob a coordenação do Comitê Executivo da Enec, liderado pelo MEC, responsável por alinhar prioridades, definir parâmetros técnicos comuns e acompanhar o andamento de cada política.

A implementação da Enec está organizada em seis eixos centrais, que estruturam de forma integrada as dimensões de infraestrutura tecnológica, prática pedagógica, formação de profissionais e gestão escolar necessárias à conectividade significativa. Desse modo, esses eixos orientam a atuação do Comitê Executivo e das demais políticas descritas ao longo deste balanço. São eles:



1.
Conectividade

Esse eixo passa pelo acesso à energia elétrica adequada e a garantia de internet de qualidade, com rede Wi-Fi distribuída por todos os ambientes pedagógicos da escola, de forma que o acesso à internet possa ser efetivamente usado em sala de aula.



2.
Dispositivos e Ambientes

Cuida do uso pedagógico, seguro e equilibrado de dispositivos digitais pelos estudantes, professores, equipe pedagógica e direção escolar, acontecendo em espaços escolares preparados para práticas mais ativas e inovadoras.



3.
Currículo

Em conformidade com a BNCC, alinha e incorpora a educação digital e midiática aos currículos das redes de ensino, com foco em usar, compreender e refletir criticamente sobre a tecnologia.



4.
Competências e Formação

Investe no desenvolvimento dos saberes digitais de professores e gestores, capacitando-os, por meio da formação continuada, para transformar tecnologia em prática pedagógica.



5.
Gestão e Transformação Digital

Tecnologia como ferramenta de apoio à gestão escolar e administrativa, com foco em digitalizar processos, conectar dados e sistemas, dando às secretarias de educação mais capacidade de acompanhar, planejar e executar políticas de conectividade.



6.
Recursos Educacionais Digitais (REDs)

Disponibiliza materiais digitais alinhados à BNCC, pensados para complementar o material impresso e estimular a colaboração entre professores e estudantes, por meio de estratégias pedagógicas diversas.

No eixo de Conectividade, a Enec coordena e estabelece parâmetros comuns para as iniciativas já existentes, como a Política de Inovação Educação Conectada (Piec), que repassa recursos anuais diretamente às escolas, via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para contratação de internet, instalação de redes Wi-Fi e aquisição de dispositivos; o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), criado há mais de duas décadas, responsável por financiar a conectividade escolar, priorizando as escolas ainda sem fibra óptica ou sem internet de qualidade; o Programa Aprender Conectado, executando os recursos da contrapartida do Leilão do 5G; além da Lei nº 14.172/2021, aprovada durante a pandemia para garantir acesso emergencial à internet, foi redirecionada em 2023 para reforçar a conectividade estrutural das escolas.

Para que essas políticas caminhassem na mesma direção, o Comitê Executivo da Enec publicou uma série de resoluções que uniformizam os parâmetros técnicos entre elas. A Resolução CE-Enec nº 2/2024 definiu a velocidade mínima de conexão por aluno, e a nº 3/2024 estabeleceu os padrões técnicos para redes Wi-Fi escolares. Já as Resoluções CE-Enec nº 5 e nº 6, de 2025, organizaram o fluxo de monitoramento da Estratégia, detalhando quais políticas seriam acompanhadas pelo Comitê e como os dados de cada uma deveriam ser sistematizados e comunicados entre CE-Enec, MEC, Secretarias de Educação e escolas.

Como a MegaEdu se insere na Enec?

Ao longo dos três anos da Estratégia, a MegaEdu foi parceira técnica do **Ministério da Educação**, apoiando a produção de análises e o aprimoramento das metodologias de monitoramento que sustentam a governança da Enec. Junto às Secretarias Estaduais e Municipais, a atuação segue voltada a apoiar gestores e equipes técnicas na aplicação dos parâmetros nacionais e no uso eficiente dos recursos disponíveis para a conectividade escolar.

A organização permanece com a atuação focada nos eixos de **Conectividade, Ambientes e Dispositivos, e Gestão e Transformação Digital**, mas passa a dialogar mais diretamente com o debate sobre continuidade orçamentária e institucional da pauta. Neste terceiro ano, marcado pela consolidação da Estratégia, a MegaEdu ampliou sua contribuição para além do acompanhamento da execução física das políticas, voltando-se também para a discussão sobre a perenidade dos investimentos realizados.

Com isso, a MegaEdu reforça seu compromisso de contribuir para que a universalização da conectividade escolar não seja apenas alcançada, mas também sustentada ao longo do tempo, como uma política de Estado capaz de atravessar transições de governo.

2

O que aconteceu em 3 anos

Passados três anos de existência da Enec, já podemos observar sua trajetória em momentos distintos. O primeiro ano foi dedicado a instituição da governança da Estratégia e a publicação dos parâmetros técnicos que passariam a orientar todas as políticas de conectividade sob seu guarda-chuva, estabelecendo as bases normativas e institucionais sobre as quais a execução seria construída. O segundo ano foi marcado pelo avanço das políticas na execução, novas resoluções detalharam o fluxo de monitoramento e o lançamento do **Painel de Escolas Conectadas**[1] trouxe mais robustez e transparência ao acompanhamento dos avanços.

Neste terceiro ano, a Enec alcança a marca histórica de mais de 100 mil escolas conectadas[2], resultado direto da aceleração observada no ciclo anterior. Com a meta de universalização cada vez mais próxima, os esforços passam a se concentrar nas escolas mais difíceis de alcançar, aquelas em regiões remotas, de difícil acesso ou historicamente às margens da infraestrutura de telecomunicações. Desse modo, garantir que as escolas já conectadas permaneçam assim, de forma contínua e sustentável, para além dos prazos de vigência dos programas que as atenderam, passa a ser um tema cada vez mais presente na Estratégia. A seguir, sintetizamos os principais marcos desses três anos de Enec:

1 Saiba mais sobre o Painel Escolas Conectadas.

2 Conceito de "escola conectada" adotado pelo Indicador Escolas Conectadas (Inec): escolas adequadas aos parâmetros com Inec no Nível 4 ou Nível 5. Painel Escolas Conectadas. Data de atualização do painel: 21 de setembro de 2026.

Linha do Tempo : agosto de 2023 a setembro de 2026

2023

- **AGO** 2023 — Lançamento do Novo PAC
- **SET** 2023 — Criação da Enec pelo Decreto nº 11.713/2023; Início do Fust Reembolsável
- **OUT** 2023 — Formação do Comitê Executivo da Enec; Início das atividades de monitoramento e avaliação
- **NOV** 2023 — Pagamentos da Piec 2023

2024

- **FEV** 2024 — Publicação dos parâmetros de velocidade mínima por aluno; Revisão dos Planos de Trabalho da Lei nº 14.172/2021
- **MAR** 2024
- **ABR** 2024 — Lançamento da chamada das Fases 2 e 3 do Programa Aprender Conectado
- **MAI** 2024 — Lançamento do Fust Não Reembolsável Orçamentário (NRO)
- **JUN** 2024 — Oficinas do MEC com redes estaduais para orientar o uso dos recursos da Lei nº 14.172
- **JUL** 2024 — Publicação dos parâmetros de Wi-Fi escolar
- **AGO** 2024 — Realização do ciclo de seminários sobre Educação Digital; Início da execução das Fases 2 e 3 do Aprender Conectado; Lançamento da chamada da Fase 4 do Aprender Conectado; Realização de audiência pública sobre dispositivos; Publicação do primeiro edital do Fust Renúncia Fiscal
- **SET** 2024 — Lançamento do Referencial Saberes Digitais Docentes

2024

OUT 2024

NOV 2024
Pagamentos da Piec 2024

DEZ 2024
Início da execução da Fase 4, Etapa 1 do Aprender Conectado

2025

JAN 2025
Aprovação da Lei nº 15.100/2025, que restringe o uso de celulares de uso pessoal nas escolas, com o objetivo de proteger crianças e adolescentes.

MAR 2025
Publicação da Resolução CEB/CNE nº2/2025 com diretrizes sobre o uso de dispositivos digitais nas escolas
Lançamento do Guia que apoia redes e gestores escolares a dimensionar sua infraestrutura tecnológica necessária para adquirir dispositivos tecnológicos.

MAI 2025
Campanha nacional de apoio às redes com materiais, lives e guias sobre a implementação da lei e educação digital e midiática
Lançamento do Guia de Educação Digital e Midiática e de mais de 60 cursos de formação para professores e gestores

JUN 2025
Seminário nacional "IA na Educação Básica", com debates sobre currículo, competências digitais, gestão e uso pedagógico da inteligência artificial

JUL 2025
Publicação do segundo edital do Fust Renúncia Fiscal
MCom, Telebras e Eace firmam acordo para levar internet via satélite às escolas, no âmbito do Aprender Conectado

SET 2025
Publicação das Atas Nacionais de Registro de Preços de dispositivos de tecnologia educacional

OUT 2025
Pagamentos da Piec 2025
Publicação do Painel de Escolas Conectadas

2025

NOV 2025 — Lançamento da chamada da Fase 5 do Aprender Conectado

2026

JAN 2026

MAR 2026 — ENEC celebra marca de 99 mil escolas conectadas

ABR 2026 — Publicação do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036), que conta como um dos seus objetivos principais: “Promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação”

MAI 2026 — Comissão de Comunicação (CCOM) da Câmara dos Deputados realiza audiência pública sobre “Avanço e a Sustentabilidade da Conectividade nas Escolas Públicas”

JUL 2026 — Lançamento do Relatório: Pesquisa Nacional - 1º ano da Lei nº 15.100/2025

AGO 2026 — Aprovação do PLP 230/2025 pela Câmara dos Deputados, que prorroga a atuação do Fust Direto até 2031
Lançamento da chamada da Fase 6 (Fase Adicional) do Aprender Conectado

OUT 2026 — Pagamentos da Piec 2026

Balanço de execução das políticas de Conectividade

Programa Aprender Conectado

Execução da contrapartida do Leilão do 5G pela Eace

O Programa Aprender Conectado compõe a principal frente de infraestrutura da Enec, sendo executado pela Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace), responsável pela aplicação dos R$ 3,1 bilhões oriundos da contrapartida do Leilão do 5G destinados à conectividade das escolas públicas. A governança do Programa cabe ao Gape (Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas), que aprova e supervisiona os investimentos, com prioridade para escolas ainda não atendidas por fibra óptica, garantindo energia elétrica adequada, internet de alta velocidade e rede Wi-Fi interna.

O que aconteceu até aqui?

Até o momento, somando as Fases 1 a 5, o Programa Aprender Conectado já atendeu 30 mil escolas, de acordo com reporte da própria Eace[3]. Recentemente, foi divulgada a Fase 6, com previsão de atendimento a mais 5.734 escolas. No acumulado, o Programa passa a projetar o atendimento de mais de 45 mil escolas, número superior à meta de 40 mil escolas divulgada anteriormente, o que reforça o alcance crescente da iniciativa à medida que novas fases são incorporadas ao planejamento.

3 Fonte: Tele.Síntese. Acesso em: 29 de setembro de 2026

Além do volume de escolas atendidas, o programa se destaca por chegar em escolas complexas de maneira rápida e conseguir ter uma estrutura que oferece suporte técnico às escolas. Segundo relatório, em junho houve uma média de 95 escolas concluídas por dia útil[4]. Além disso, a Eace mantém suporte técnico contínuo às escolas atendidas, até janeiro deste ano, já havia mais de 35 mil chamados registrados, contando desde junho de 2024[5]. Segundo relatório de maio de 2026, mais de 5,4 mil chamados foram resolvidos no mês, com tempo médio de resolução de 5 dias e 16 horas[6].

Um dos maiores legados do Programa é a fibra óptica instalados: no relatório de junho a entidade reportou 5.397 km instalados[4]. Isso representa, muitas vezes, a fibra chegando pela primeira vez a territórios até fora de cobertura, um investimento que pode ajudar a levar conectividade a toda comunidade. A escola passa a funcionar como ponto de entrada da infraestrutura digital no território.

À medida que o Programa avança, ganha peso um tema que ainda precisa ser discutido: como manter as escolas conectadas quando os contratos de conectividade chegam ao fim. Os prazos das escolas com vencimento mais próximo já foram ampliados, mas a questão continua em aberto. Ele tende a crescer à medida que novas turmas de escolas, das diferentes fases, encerram seus contratos. Nesse sentido, é fundamental um plano que assegure a continuidade da conectividade após o encerramento dos contratos, definindo quem assume o serviço, com quais recursos e em que prazos.

4 Apresentação Acompanhamento do Projeto Aprender Conectado - Junho, apresentado na 43ª Reunião Ordinária do GAPE, de 03 de julho de 2026

5 Apresentação EACE - Dados Monitoramento e Suporte jan/26, apresentado na 39ª Reunião Ordinária do GAPE, de 29 de janeiro de 2026

6 Apresentação Acompanhamento Maio/2026, apresentado na 42ª Reunião Ordinária do GAPE, de 02 de junho de 2026

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) existe há mais de duas décadas, porém, passou a maior parte de sua existência com recursos praticamente parados, situação que só começou a mudar em 2022, com a instituição do Conselho Gestor do Fust (CG-Fust). É esse Conselho o responsável por definir normas, aprovar diretrizes e acompanhar a aplicação dos recursos, que, segundo a Lei nº 9.998/2000, deve investir no mínimo de 18% do fundo para a conectividade de escolas públicas. Sua execução ocorre em três modalidades:

Reembolsável: sob execução do BNDES, com foco em levar fibra óptica, internet de alta velocidade e rede interna Wi-Fi às escolas ainda não atendidas;

Não-Reembolsável: também operada pelo BNDES, voltada, prioritariamente, a escolas municipais que já possuem fibra óptica instalada, mas ainda dependem de internet de qualidade e de uma rede interna adequada;

Direto: conduzida pelo MCom, que estimula a ampliação de investimentos privados em conectividade por meio da desoneração fiscal concedida às operadoras de telecomunicações que contribuem com o Fundo.

O que aconteceu até aqui?

Ao longo destes três anos, o CG-Fust consolidou um processo de seleção de escolas pautado pelo alinhamento à Enec, priorizando a complementaridade entre as diferentes políticas. Essa curadoria permite direcionar os recursos para onde realmente fazem diferença, ampliando o alcance conjunto das iniciativas.

Até aqui, segundo o Painel da Anatel[7], a modalidade **Reembolsável** beneficiou 460 escolas. A modalidade **Fust-Direto** é a que atende mais escolas: 17.600 escolas já foram beneficiadas. Já na modalidade **Não-Reembolsável**, 1.396 escolas já foram beneficiadas e ainda há expectativa de investimento de até R$ 30 milhões nesta modalidade, conforme aprovado no Plano de Aplicação 2026 do BNDES[8]. Somadas as três frentes, o Fust já beneficiou mais de 19 mil escolas.

Considerando que o fundo hoje é uma das políticas que garante a conectividade de um número significativo de escolas. Dessa maneira, é importante refletir sobre qual é o papel do fundo para a continuidade da conexão das escolas e como garantir que o fundo continue a cumprir seu papel sem contingenciamentos como os que marcaram suas primeiras décadas. Nesse sentido, está em discussão no Congresso Nacional o PLP 230/2025. O projeto impede que os recursos do Fust sejam contingenciados e prorroga até 2031 o Fust Direto, que atualmente tem vencimento para dezembro de 2026. O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto de 2026 e agora está em análise no Senado Federal. A continuidade do Fust Direto é uma discussão especialmente relevante, já que a modalidade responde pela maior parte das escolas atendidas pelo Fundo.

Outro desafio é fortalecer a implementação dessa modalidade, em articulação com as redes de ensino. Operadoras que executam o Fust Direto relataram que parte das escolas pendentes não foi conectada por questões não técnicas, como falta de autorização da secretaria ou da direção escolar, endereços desatualizados nas bases de escolas e unidades em obras ou desativadas[9]. Esses entraves mostram que a coordenação entre os atores federais, as secretarias estaduais e municipais e as próprias escolas, apesar de ter avançado muito nos últimos anos, ainda é um desafio, especialmente no caso do Fust.

Dessa maneira, o fundo parece ter um potencial enorme pelo montante e pela constância dos recursos arrecadados. Ainda assim, a implementação até agora indica que ainda há aprimoramentos na estrutura de implementação que garanta mais alinhamento entre entes federados.

7 Painel da Anatel - Fust. Acesso em: 30 de setembro de 2026.

8 Acórdão CG-FUST Nº 71, de 10 de agosto de 2026

9 Fonte: Tele.Síntese. Acesso em: 30 de setembro de 2026.

Programa de Inovação Educação Conectada (Piec)

Entre as políticas que compõem a Enec, a Piec é a mais conhecida e difundida entre as redes de ensino, muito em razão de sua natureza: diferentemente de outras iniciativas, o Programa repassa recursos financeiros diretamente às escolas, de forma anual, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), operado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa foi instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, mas ganhou força de lei, com a publicação da Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, que trouxe segurança jurídica, e orientações práticas aos entes federados para sua implementação.

Os recursos podem ser aplicados na contratação de internet de alta velocidade, na implantação de redes Wi-Fi, na aquisição de dispositivos e na compra de recursos educacionais digitais, o que garante às redes de ensino previsibilidade e continuidade, elementos fundamentais para a perenidade da conectividade escolar ao longo do tempo.

O que aconteceu até aqui?

Entre 2023 e 2025, a Piec manteve um padrão de execução consistente: em média, cada ciclo destinou R$ 305,4 milhões às escolas, beneficiando cerca de 100 mil unidades escolares e alcançando aproximadamente 31 milhões de estudantes por ano[10]. O pagamento referente ao ciclo de 2026 também já foi realizado, dando sequência a essa trajetória. Essa regularidade reforça o papel do Programa como fonte estável de financiamento para a conectividade escolar e outros itens de tecnologia básicos.

Além disso, nos últimos anos a política foi estruturante para a coleta de dados sobre a conectividade das escolas. Para aderir à Piec e receber os recursos, a escola precisa responder a um formulário de monitoramento sobre sua infraestrutura e elaborar o Plano de Aplicação Financeira. Também é incentivada a instalar o Medidor Educação Conectada em um dos computadores usados em atividades pedagógicas. Com essas exigências, o repasse passa a depender da produção de informação: a cada ciclo, milhares de escolas atualizam dados sobre sua conexão, e checam se possuem o medidor instalado. Essas mudanças geraram resultados reais, como mais de 117 mil escolas com o Medidor Educação Conectada instalado[11].

As informações coletadas diretamente na ponta ajudam a qualificar o diagnóstico da conectividade escolar no país e alimentam o painel de monitoramento da Enec. Na prática, a Piec deixou de ser apenas um instrumento de financiamento e se tornou também uma peça central da inteligência de dados que orienta as políticas públicas de conectividade.

10 Fonte: Relatórios de Gestão FNDE. Acesso em: 29 de setembro de 2026

11 Painel Escolas Conectadas. Data de atualização do painel: 21 de setembro de 2026.

Lei 14.172

A Lei nº 14.172/2021 nasceu ainda no contexto emergencial da pandemia de Covid-19, quando destinou R$ 3,5 bilhões a estados e ao Distrito Federal para assegurar acesso à internet a alunos e professores da educação básica pública, então voltada a sustentar atividades educacionais remotas. Passada a urgência sanitária, apenas quatro entes haviam conseguido executar os recursos dentro do prazo original. Foi em 2023, já no âmbito da Enec, que a Lei nº 14.640 deu nova função ao recurso: ampliou o prazo de execução até 2026 e passou a permitir que os valores fossem aplicados na conectividade escolar e na aquisição de dispositivos digitais. Com essa reprogramação, recursos que estavam praticamente parados nas contas de estados e do DF ganharam alinhamento com as diretrizes técnicas nacionais da Estratégia, e as 27 unidades federativas aderiram a esse novo desenho.

O que aconteceu até aqui?

Com base em dados extraídos do TransfereGov[12] referentes ao programa da Lei 14.172, é possível dimensionar o status de execução dos recursos nos estados e no Distrito Federal. O valor originalmente destinado pela Lei, de R$ 3,5 bilhões, com os rendimentos totalizou R$ 4,3 bilhões para serem aplicados em conectividade e dispositivos. Desse total, R$ 2,5 bilhões já haviam sido executados até setembro de 2026, o que representa 58,49% de execução nacional. O percentual está muito aquém do que poderia ter sido alcançado até este momento da Estratégia, resultando em cerca de R$ 1,79 bilhão ainda parados nas contas dos entes, recursos que poderiam já estar convertidos em conectividade e dispositivos para as escolas, mas que seguem sem aplicação. A urgência é ainda maior porque, pela lei, o prazo para aplicar os recursos termina no fim de 2026. Ou seja, os entes têm cerca de três meses para garantir que esses recursos cheguem às escolas.

Entre os estados que mais se destacaram na execução dos recursos da Lei 14.172 estão a Bahia (99,99%), o Mato Grosso (99,08%) e São Paulo (98,94%), com quase a totalidade dos recursos aplicados.

12 Fonte: TransfereGov — Fundo a Fundo. Acesso em: 04 de setembro de 2026.

3

Monitoramento dos indicadores de conectividade

Um dos avanços mais relevantes desta fase da Enec foi o amadurecimento das ferramentas de monitoramento da conectividade escolar. Após o lançamento do **Painel Escolas Conectadas** em 2025, o MEC consolidou o Indicador Escolas Conectadas (Inec) como seu principal instrumento de aferição, formalizado pela Resolução nº 8/2025. O Inec organiza as escolas em níveis de conectividade, construídos a partir da análise conjunta de três condições: energia elétrica adequada, velocidade da internet e cobertura de Wi-Fi nos espaços pedagógicos, permitindo classificar com precisão em que estágio cada unidade escolar se encontra:

FORA DOS PARÂMETROS ADEQUADOS

- **NÍVEL 0** Escola sem conexão à internet ou sem energia elétrica adequada;
- **NÍVEL 1** Escola com internet, mas com velocidade inadequada e sem rede Wi-Fi;
- **NÍVEL 2** Escola com internet, com velocidade e rede Wi-Fi inadequadas;
- **NÍVEL 3** Escola com internet em velocidade adequada, mas sem rede Wi-Fi;

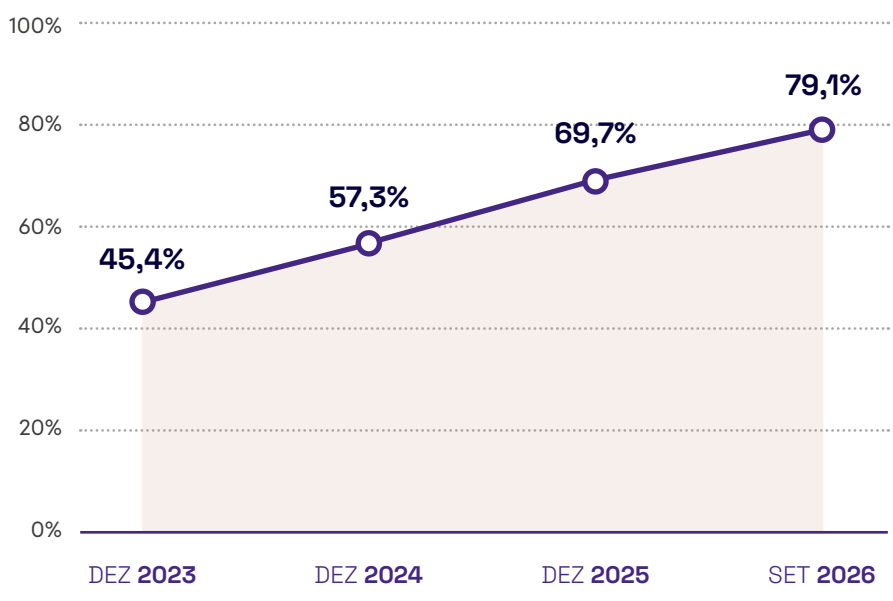
PARÂMETROS ADEQUADOS

- **NÍVEL 4** Escola com internet em velocidade adequada, mas com rede Wi-Fi insuficiente;
- **NÍVEL 5** Escola com velocidade de internet e rede Wi-Fi adequadas.

A Enec considera como conectividade adequada para uso pedagógico apenas as escolas classificadas nos níveis 4 e 5 dessa escala, visando identificar de forma efetiva quais são as condições necessárias para garantir o uso.

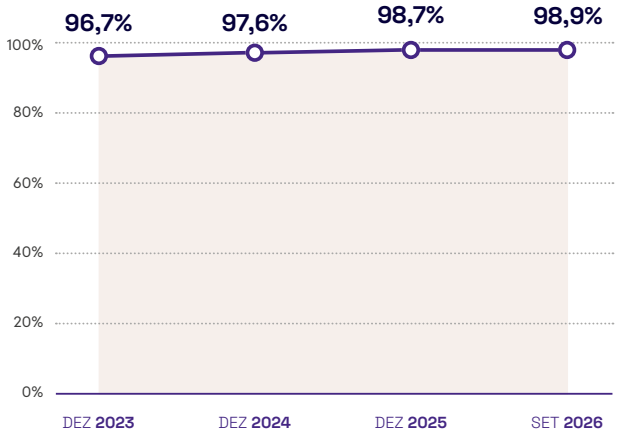
O painel reúne em um único ambiente dados de diferentes políticas de conectividade e permite acompanhar, escola por escola, a situação de energia, internet e Wi-Fi e sua evolução ao longo do tempo. As informações vêm de diferentes fontes: medições técnicas, bases administrativas oficiais das políticas públicas e dados informados pelas próprias redes e escolas. Com isso, o painel resolve um desafio antigo, o de fazer dialogar dados de origens distintas. Hoje, ao ser atualizado periodicamente, o painel já permite a utilização dos dados para a tomada de decisão de políticas públicas. Assim, conforme prevê a Resolução nº 8/2025, o monitoramento deixa de ser uma etapa posterior à execução e passa a orientar as decisões. O desafio para os próximos anos é garantir a continuidade e o aprimoramento dessa base, para que ela siga orientando as próximas etapas da política.

% de escolas com velocidade de internet adequada e Wi-Fi - Inec níveis 4 e 5

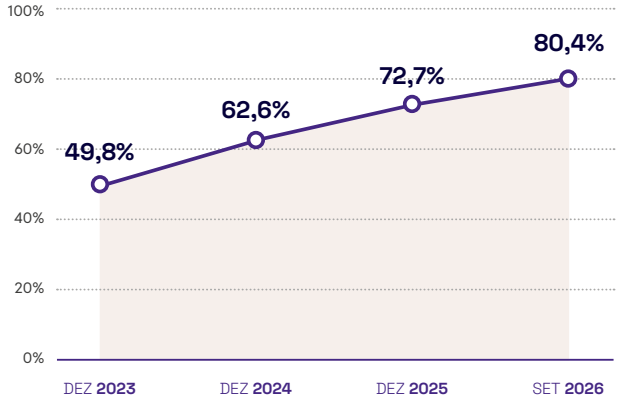


Fonte: Painel Escolas Conectadas. Acesso em 01 de outubro de 2026

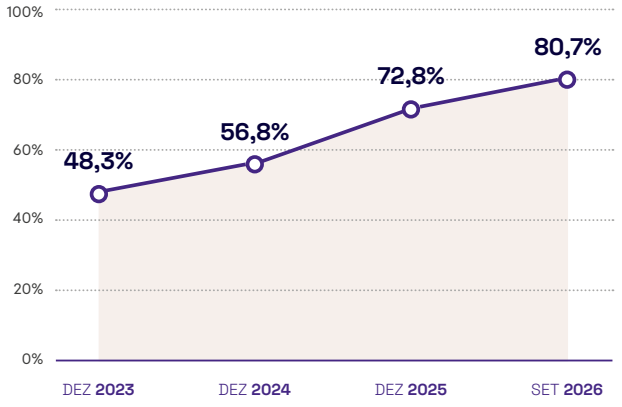
% de escolas com energia elétrica adequada



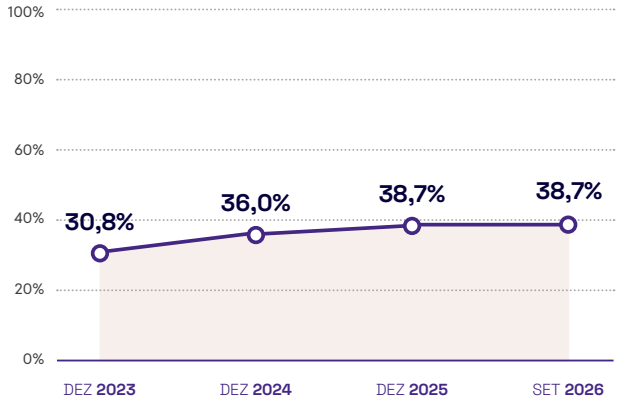
% de escolas com internet adequada



% de escolas com wi-fi adequado



% de escolas com dispositivos suficientes para 2h de uso semanal



Fonte: Painel Escolas Conectadas. Acesso em 24 de agosto de 2026

Recortes específicos da conectividade escolar

Avanços mais equitativos: Região Norte possui maior salto do país nos últimos 3 anos

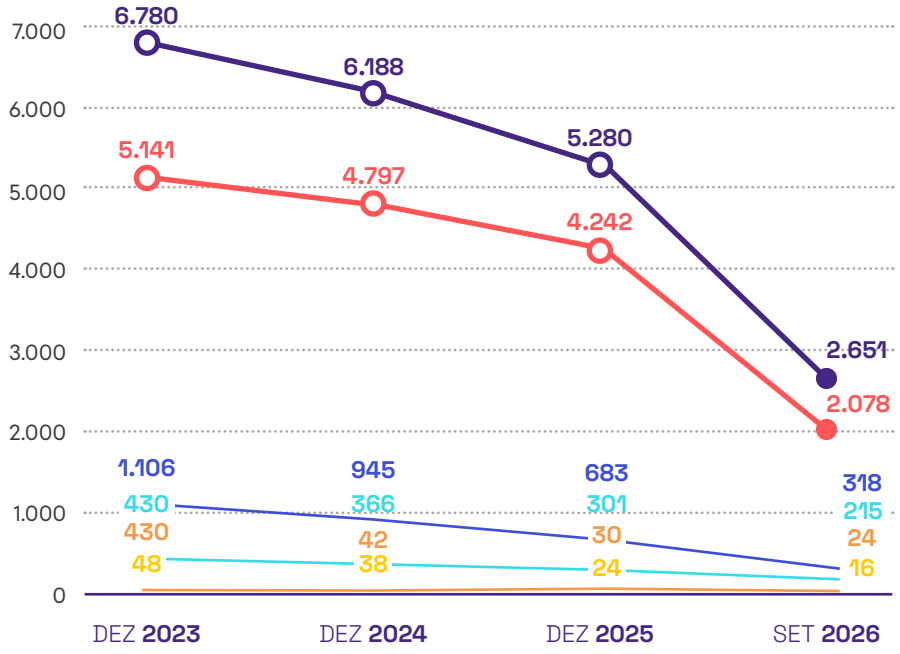
Dentre as regiões do País, a região Sul é a que apresenta o maior percentual de escolas conectadas do país, com média superior a 85%, puxada especialmente pelo desempenho do Paraná. Na outra ponta, a região Norte segue como a mais desafiadora, com média em torno de 71%, mesmo sendo a região que mais avançou no último ciclo.

É justamente o Norte que protagoniza o maior salto do país no período entre dezembro de 2023 e setembro de 2026: a região registrou a maior variação média entre todas, puxada por avanços expressivos como os do Amazonas (+56,5 p.p.) e do Pará (+53,0 p.p.). O dado reforça que, embora desafiadora, os esforços da Estratégia estão sendo direcionados para diminuir essa diferença.

Esse avanço não é por acaso. Ele reflete escolhas deliberadas das políticas que compõem a Enec, direcionadas às escolas em que a conectividade é mais difícil de chegar. No Aprender Conectado, o Gape priorizou escolas sem conexão terrestre, a maioria em áreas rurais, indígenas e quilombolas, a maioria no Norte e no Nordeste. Como muitas dessas escolas não tinham energia elétrica adequada, o Programa passou a instalar geradores solares: já são mais de 1,4 mil escolas equipadas só na região Norte[13]. Em 2026, a Fase 6 foi aprovada com prioridade explícita para escolas do Norte e do Nordeste, fora da área de cobertura da fibra e com os piores resultados no Inec. Juntas, essas iniciativas mostram que a redução das desigualdades regionais foi uma prioridade no desenho da Enec, não uma consequência.

13 Apresentação Acompanhamento do Projeto Aprender Conectado - Junho, apresentado na 43ª Reunião Ordinária do GAPE, de 03 de julho de 2026

Número de escolas sem internet ou sem energia elétrica, total (Brasil) e por região



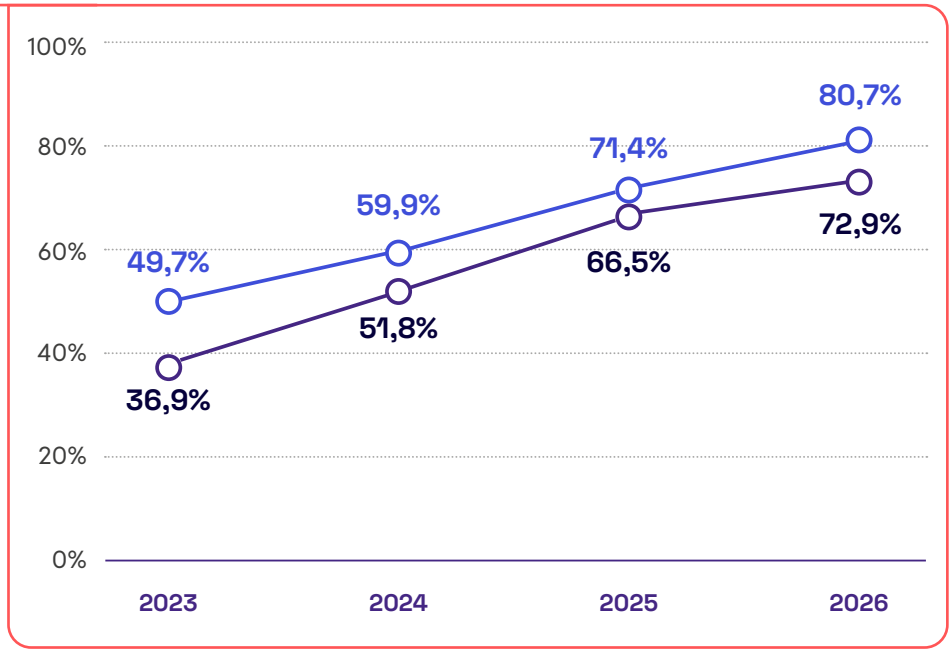
Fonte: Painel Escolas Conectadas. Acesso em 24 de agosto de 2026

No recorte por estado, os destaques em percentual de escolas conectadas em 2026 ficam com Paraná (89,4%), Rondônia (88,9%) e Goiás e Piauí, empatados em 87,0%. Na outra ponta, Amapá (53,7%) e Roraima (56,6%) seguem como os estados com os menores percentuais de conectividade.

Redes estaduais mantêm ritmo de crescimento

Por rede de ensino, o crescimento do percentual de escolas conectadas nas redes estaduais segue o mesmo ritmo durante os três anos de Enec, representando um salto de quase 36 pontos percentuais, superior ao avanço das municipais no mesmo período. Apesar do avanço menor que as estaduais, as redes municipais mantiveram uma trajetória de crescimento constante e já ultrapassam a marca de 80% de escolas conectadas em 2026.

% de escolas adequadas ao parâmetro (INEC) por rede



Fonte: Painel Escolas Conectadas. Acesso em 24 de agosto de 2026

4

Próximos desafios

Após três anos de Enec, é possível observar um conjunto de resultados que comprova, na prática, que universalizar a conectividade das escolas brasileiras é uma meta alcançável. Mas a proximidade da universalização não significa que o trabalho tenha chegado ao fim: existem desafios complementares e igualmente importantes para sustentar o que já foi conquistado, em alguns casos, mais difíceis de resolver do que a própria conexão das escolas.

A reta final da universalização: últimos esforços necessários

Com base nos parâmetros do Indicador Escolas Conectadas (Inec), aproximadamente 43,5 mil escolas[14] ainda estão inadequadas ao parâmetro de velocidade de internet e/ou possuem Wi-Fi insuficiente, destas, 23,9 mil já estão previstas para serem atendidas por alguma política pública de conectividade, restando ainda um conjunto de escolas descobertas e sem previsão de atendimento. A meta original da Enec previa a universalização da conectividade até o final de 2026, entretanto, apesar dos inúmeros resultados alcançados, persiste essa parcela remanescente que exige atenção, seja pela complexidade técnica dos desafios envolvidos, seja pela localização geográfica, ou ainda pela disponibilidade dos recursos necessários para tal. Diante disso, é fundamental que os próximos ciclos de governo mantenham o compromisso com a continuidade do plano de universalização, garantindo que o esforço acumulado nesses três anos não se perca no caminho.

14 **Fonte**: Painel Escolas Conectadas. Escolas com Inec Nível 0, Nível 1, Nível 2, Nível 3 e Nível 4. Acesso em 08 de outubro de 2026

Dispositivos: um desafio que persiste

Com a conectividade avançando em ritmo acelerado, os dispositivos se consolidam como o próximo componente que precisa de atenção para que a internet chegue, de fato, ao processo de ensino e aprendizagem. Nos últimos anos, houve avanços importantes nessa frente: o MEC publicou um guia para apoiar as redes no dimensionamento da infraestrutura tecnológica necessária para adquirir dispositivos[15]. O FNDE disponibilizou atas nacionais de registro de preços com equipamentos de tecnologia educacional, que simplificam e dão escala às compras das redes[16].

Ainda assim, o percentual de escolas com equipamentos em quantidade adequada para uso pedagógico avançou em ritmo mais lento do que a conectividade, e esse segue sendo um desafio para os próximos anos. O novo Plano Nacional de Educação, Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, para o decênio 2026–2036, reconhece essa agenda. Entre suas estratégias, prevê a garantia de infraestrutura e equipamentos para o uso adequado das mídias digitais em todas as escolas públicas e a aquisição e disponibilização de dispositivos tecnológicos que favoreçam a aprendizagem de professores e estudantes. Desse modo, para que a internet que chega à sala de aula possa de fato ser utilizada por estudantes e professores, é essencial um salto na contratação de dispositivos, com avanço em escala proporcional à que foi em conectividade.

15 Guia para o planejamento da adoção de dispositivos tecnológicos nas escolas. Acesso em: 30 de setembro de 2026.

16 Dispositivos de Tecnologia Educacional - FNDE. Acesso em: 30 de setembro de 2026.

Perenidade: conectividade como política no longo prazo

Superados os principais desafios de expansão, esta agenda chega a um novo nível de maturidade, em que manter a conectividade já conquistada passa a ser tão importante quanto ampliá-la. Conectar uma escola não é um investimento feito uma única vez. Depois da instalação, vêm custos recorrentes: o serviço de internet, a manutenção das redes, o suporte técnico e a atualização dos equipamentos ao longo do tempo. Boa parte da infraestrutura entregue nos últimos anos está sustentada por programas com horizonte de financiamento definido, como o Programa Aprender Conectado e o Fust. Por isso, a pergunta que se coloca para os próximos anos é como sustentar essa conectividade.

A resposta passa, em primeiro lugar, por consolidar a conectividade escolar como política de Estado, capaz de atravessar diferentes gestões e desafios de ordem federativa. O país já deu passos importantes nessa direção. A Piec ganhou força de lei em 2021. O novo Plano Nacional de Educação, sancionado em abril de 2026, incluiu entre seus objetivos a garantia de conectividade de alta velocidade para fins pedagógicos, com redes Wi-Fi interna. Com isso, a conectividade deixa de ser apenas uma prioridade de governo e passa a ser um compromisso previsto em lei. O desafio agora é traduzir esse compromisso em arranjos concretos, a começar pela definição clara das responsabilidades e atribuições interfederativas.

Em segundo lugar, é preciso construir um modelo de financiamento sustentável, que não dependa de recursos pontuais. A conectividade é hoje um recurso essencial para o funcionamento das escolas e, por isso, seus custos recorrentes

precisam entrar no planejamento regular, seja do governo federal ou dos governos locais, como já acontece com outras despesas de manutenção das escolas. Para isso, é necessário dar previsibilidade às fontes que já existem e combiná-las com fontes permanentes do orçamento educacional. Essa mudança exige uma transição planejada, com prazos e responsabilidades definidos, organizada em um plano nacional de sustentabilidade que envolva o MEC, o MCom, o FNDE e as redes de ensino. O objetivo é garantir que nenhuma escola perca a conexão quando um programa chegar ao fim.

Por fim, a perenidade também depende de uma boa governança. Nestes três anos, a Enec construiu ferramentas importantes: parâmetros técnicos comuns, o Indicador Escolas Conectadas e monitoramento unificado. Esses instrumentos permitem planejar com base em dados, reduzir custos e levar os recursos para onde são mais necessários. Manter essas ferramentas, junto com o diálogo entre os atores que sustentam a Estratégia, é o que vai garantir que a universalização da conectividade escolar, quando alcançada, se mantenha ao longo do tempo.

Em linhas gerais, as decisões e os arranjos construídos neste terceiro ano serão determinantes tanto para o alcance da universalização, quanto para a sustentabilidade da Enec como política de Estado. Entre a infraestrutura de rede levada às escolas e o efetivo uso pedagógico da tecnologia existe um elo composto pela disponibilidade dos dispositivos, que merece atenção e um plano próprio de execução.

MegaEdu